

Política de Privacidade da AL-AD

1- Responsabilidade do Tratamento dos Dados Pessoais

A Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento, doravante designado por AL-AD, no âmbito do seu objeto social, desenvolve competências nas áreas da intervenção comunitária e social, na capacitação da comunidade e das instituições, do empreendedorismo e inovação social e na investigação e consultoria. Para o efeito, a AL-AD, presta respostas de integradas e geradoras de autonomia às necessidades identificadas pelos grupos mais vulneráveis na sequência da identificação de vários problemas sociais e situações de risco existente no concelho de Castelo Branco, promovendo a sua inclusão social, igualdade de oportunidades e de género e não-discriminação.

No contexto das suas práticas institucionais, e na qualidade de entidade privada com o número único de matrícula e pessoa coletiva 504 256 360, a AL-AD solicita aos beneficiários dos seus projetos que disponibilizem um conjunto de dados pessoais, isto é, informações fornecidas pelos próprios que permitam à AL-AD identificá-lo e/ou contactá-lo. Face ao exposto, a AL-AD é a entidade responsável pela recolha e tratamento de dados pessoais dos seus beneficiários, colaboradores e fornecedores.

2- Tratamento de Dados Pessoais e Consentimento:

A AL-AD não utilizará dados pessoais sem o consentimento explícito dos titulares, nos termos do Regulamento Geral de Proteção de Dados 2016/679 (doravante designado abreviadamente por RGPD). De igual modo, não irá comunicar e/ou partilhar esses dados com terceiros, salvo se tiver obtido autorização explícita para o efeito ou se existir uma disposição legal que o imponha, caso se trate de um requisito necessário para o cumprimento do contrato. A AL-AD compromete-se, nos termos da alínea c) do artigo 5.º do RGPD, a recolher, registar e conservar os dados pessoais que forem objeto do seu tratamento, de forma adequada, pertinente e limitada, em conformidade com o

princípio da «minimização dos dados». Nos termos dos artigos 13.º e 14.º do mesmo Regulamento, a AL-AD compromete-se a prestar a seguinte informação aos titulares dos dados pessoais a que obteve consentimento para aceder: a) identidade e contactos do responsável (ou do seu representante) pelo tratamento de dados; b) finalidades, licitude e destinatários do tratamento de dados; c) transmissão e portabilidade dos dados pessoais; d) prazo de conservação (ou critérios para a sua definição); e) direitos dos titulares de dados pessoais.

3- Finalidade da Utilização de Dados Pessoais

Os dados pessoais solicitados a beneficiários, fornecedores e parceiros, decorrem das finalidades que sustentam a sua relação com a AL-AD, designadamente no que se refere ao cumprimento atividades decorrentes dos seus projetos cofinanciados e outros. Por esta razão, a AL-AD solicita autorizações de consentimento para o tratamento de dados, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), no momento dos registos, inscrições e adesões às propostas decorrentes das iniciativas que incidem sobre as matérias acima indicadas (atendimento, apoio técnico e social, inscrição em projetos, atividades, eventos, candidaturas a projetos ou subscrição de newsletters). No âmbito das competências da AL-AD há lugar à portabilidade de dados entre entidades, devidamente credenciadas e selecionadas no quadro da rede de parcerias institucionais da AL-AD, para efeitos de prossecução dos objetivos decorrentes dos processos de integração dos seus utentes; neste contexto, a AL-AD solicita Declarações de Consentimento específico para tais encaminhamento(s) em termos de portabilidade de dados, bem como respeita o Direito de Portabilidade de Dados , nos termos definidos em sede do artigo 20.º do RGPD.

4- Conservação dos de Dados Pessoais

Em conformidade com o definido em sede de alínea e) do artigo 5º do RGPD, cujo teor deverá ser devidamente transmitido aos beneficiários no momento de recolha de consentimento, por motivos legais e de direito à informação, os dados pessoais serão conservados apenas durante o período de tempo necessário para a prossecução da finalidade ou tratamento posterior, findo o qual serão eliminados, em cumprimento do

princípio da «limitação da conservação». Nesta conformidade, a AL-AD dispõe de uma Informação e Declaração de Proteção de Dados, ajustada a cada projeto, e que é entregue a cada beneficiário no momento da sua adesão/inscrição.

5- Direitos dos Titulares de Dados Pessoais sujeitos a Tratamento

Nos termos dos artigos 15.º a 21.º do RGPD, os titulares de dados pessoais têm os seguintes direitos no que respeita à sua utilização:

- Direito de acesso aos respetivos dados pessoais (Princípios da Licitude, da Lealdade e da Transparência);
- Direito de acesso ao conhecimento do tipo de dados que está a ser objeto de tratamento e dos tipos de tratamentos que estão ou vão ser realizados, de acordo com a finalidade para a qual foi concedido consentimento (Princípio da Limitação das Finalidades);
- Direito de conhecer e solicitar a limitação do tratamento dos seus dados pessoais (Princípio da Limitação de Conservação dos Dados);
- Direito de retificação de quaisquer dados pessoais inexatos ou desatualizados (Princípio da Exatidão);
- Direito de apagamento dos seus dados pessoais (Princípio de Integridade e Confidencialidade dos Dados);
- Direito de oposição, ou seja, de solicitar que não sejam tratados os seus dados pessoais (Princípio de Integridade e Confidencialidade dos Dados);
- Direito de retirar o seu consentimento quando concedido a título de fundamento legal para o tratamento dos seus dados, para qualquer finalidade relativamente à qual tenha sido dado esse consentimento, em qualquer altura (Princípio de Integridade e Confidencialidade dos Dados);
- Direito de portabilidade, ou seja, direito de receber os dados pessoais que tenha disponibilizado a AL-AD, num formato estruturado, de uso comum, leitura digital ou mecânica, para efeitos da sua transmissão a outro responsável pelo tratamento (Princípio de Integridade e Confidencialidade dos Dados).

6- Exercício dos Direitos dos Titulares de Dados Pessoais

No caso de pretender exercer os seus direitos de privacidade, deverá enviar um pedido escrito por correio para a morada abaixo indicada ou para o endereço de e-mail comunicacao@amatolusitano-ad.pt, Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento, Rua da Fonte Nova, nº1 Quinta da Fonte Nova, 6000 – 167 Castelo Branco.

Tem igualmente o direito de apresentar uma reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd): www.cnpd.pt

7- Cookies

O nosso website utiliza cookies, pequenos ficheiros que permitem à Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento determinar o número de acessos ao website e não identificam o utilizador individual, podendo o mesmo configurar o seu browser para recusar os cookies.

8- Alterações à Política de Privacidade

A Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento reserva-se ao direito de atualizar e/ou modificar a sua Política de Privacidade a qualquer momento, nomeadamente em função de eventuais alterações legislativas.